

ANAIS

EICTI 2017

6° Encontro de
Iniciação Científica

2° Encontro de Iniciação
ao Desenvolvimento
Tecnológico e Inovação

4 a 6 de outubro de 2017

Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)
Av. Tarquínio Joslin dos Santos, nº 1000
Foz do Iguaçu, Paraná – Brasil



Realização:



Apoio:



PRODUÇÃO DE ENERGIA A PARTIR DOS RIOS: ESTUDO DOS IMPACTOS AMBIENTAIS DA GERAÇÃO DE HIDROELETRICIDADE

SANTANA, Acir Theilor

Estudante do Curso de Administração Pública e Políticas Públicas,
Bolsista IC-CNPq - ILAESP – UNILA.
E-mail: acir.santana@unila.edu.br

BRZEZINSKI, Maria Lúcia N. L.

Docente do curso de Administração Pública e Políticas Públicas,
ILAESP – UNILA.
E-mail: maria.brzezinski@unila.edu.br

1 INTRODUÇÃO

Não é novidade que a hidroeletricidade é preponderante na matriz energética brasileira e que a água doce é uma das questões ambientais mais candentes da atualidade. Um dos objetivos do projeto de pesquisa de iniciação científica é trazer à lume toda a complexidade em torno do processo de planejamento e instalação de uma usina hidrelétrica, em cotejo com as normas que regulamentam a proteção do meio ambiente.

O empreendimento hidrelétrico escolhido para o estudo foi a Usina Hidrelétrica - UHE Belo Monte por ilustrar um fenômeno atual: as informações sobre os estudos de impacto ambiental resultam em decisões governamentais contraditórias com as normas que regem a instalação daquele tipo de empreendimento energético. No âmbito do projeto de pesquisa, buscou-se levantar informações sobre o contexto de exploração dos recursos naturais da região Amazônica; sobre as normas existentes para controlar os impactos ambientais dos empreendimentos hidrelétricos; e sobre a realidade das análises de impactos ambientais, conforme as decisões implementadas pelos órgãos competentes. Buscou-se investigar se houve, no caso estudado, respeito às normas que regem os estudos de impacto ambiental da UHE Belo Monte.

2 METODOLOGIA

A metodologia aplicada para a pesquisa científica compreende, primeiramente, a pesquisa bibliográfica realizada a partir da análise de livros,

dissertações, artigos e teses disponíveis na Biblioteca da Unila e na base de dados do portal Periódicos Capes. Buscou-se fazer o levantamento dos documentos oficiais necessários para compreender o caso em estudo, especificamente, o Relatório de Impacto Ambiental da Usina de Belo Monte, dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e documentos sobre o Programa de Aceleração de Crescimento (PAC), no qual o empreendimento foi incluído.

Foram reservadas 20h de dedicação semanal para a realização do projeto de iniciação científica, sendo executadas tanto em ambiente acadêmico quanto na própria residência. Para cada artigo ou texto estudado, foram feitos fichamentos na modalidade resumo, que foram pensados estrategicamente como uma forma de organizar aquilo que estava sendo estudado e assim melhorar a capacidade de síntese para o relatório final.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para se ter uma melhor percepção da crescente implementação de UHEs no Brasil e as implicações que os empreendimentos podem acarretar, algumas obras exerceram um papel fundamental, como Bermann (2007 p. 142) que contribuiu para o tema mostrando os impasses, assim como as controvérsias da implementação da hidroeletricidade, para ele, apesar das contradições encontradas, esses empreendimentos são justificados "em nome do interesse público e do progresso". O autor criticou o baixo envolvimento da população em questões que envolvem a instalação de uma UHE, pois, para este autor, o envolvimento "é limitado, quando não é inexistente". Por outro lado, o autor apresentou possibilidades alternativas para a exploração dos recursos hídricos no país, mostrando que existem meios mais justos e sustentáveis de produção de energia a partir da força das águas dos rios (BERMANN, 2007, p.143).

Vainer (2007) mostrou o avanço das legislações ambientais e a democratização política que estava em curso no período pós-ditatorial, assim como a ameaça de tudo aquilo que havia sido conquistado para o setor, durante o período de privatizações.

Ao privatizar sem critérios empresas de geração e distribuição de energia elétrica, ao favorecer de maneira atabalhoada a concessão de direitos de exploração de potenciais hidrelétricos a grupos privados, a reestruturação não apenas rompeu com o processo anterior, como colocou em risco muito

do que havia sido conquistado em termos sociais e ambientais (VAINER, 2007, p. 121).

Esta política de privatizações atabalhoadas também foi analisada por Pase, Rocha, Santos e Patella (2016), que definiram as hidrelétricas como uma efetivação de projetos neoliberais, representados “principalmente por consórcios formados pelo Estado e por empresas de capital privado” (2016, p. 46). Para estes autores, existem duas lógicas de apropriação dos espaços ocupados para a construção de hidrelétricas: a dos atingidos que serão defendidos pelo Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), e uma outra que condiz com as Sociedades de Propósito Específico (SPE), baseada em interesses desenvolvimentistas e neoliberais.

Cabe aqui, explicar que para uma empresa se apropriar de um espaço, visando construir uma Hidrelétrica, ela deve inicialmente pedir autorização ao Governo Federal. Caso for autorizada, realizará estudos de engenharia, chamados de Estudos de Viabilidade, além dos estudos de meio ambiente, que são chamados de Estudo de Impacto Ambiental – EIA, esses devem seguir orientações advindas de um Termo de Referência. É este Estudo que deve conter a avaliação das potenciais consequências e danos da implementação do projeto para o local afetado. Foi a partir da consolidação de um discurso embasado na noção de desenvolvimento sustentável e de preocupação com o meio ambiente, também mostrado por Vainer (2007), que esses Estudos vieram a ocupar um papel importante dentro dos processos de licenciamento ambiental. Há diversas dificuldades para sua realização e seus resultados apresentam divergências com a realidade. Conforme o Ministério Público da União (2004), apesar do avanço na proteção ambiental representado pela exigência do EIA, seu processo de elaboração ainda está bem longe do ideal.

As justificativas para implementação dos projetos de UHE costumam conter os mesmos argumentos: atendimento da crescente demanda energética pela população residencial. Por outro lado, alguns autores demonstram que agenda governamental nesta área também está relacionada com o crescimento de determinados setores industriais, eletrointensivos, que são os maiores beneficiários destes empreendimentos.

4 RESULTADOS

A pesquisa de iniciação científica demonstrou que existe uma grande divergência entre o que deve conter no estudo de impacto ambiental, conforme as

normas que os regem, e a realidade que se verifica na prática. O caso da UHE Belo Monte foi escolhido por melhor revelar, apesar da complexidade de todo o processo, as várias contradições em torno de seu planejamento, licenciamento e execução.

5 CONCLUSÕES

Os resultados da pesquisa apontam que há contradições ao longo do complexo processo de licenciamento de uma UHE. Verificou-se o favorecimento de interesses de empresas do ramo de construção civil na implementação da política energética, questão que o atual contexto político brasileiro revela ser enraizada no sistema político-partidário brasileiro, independentemente do partido ou suporte ideológico. A agenda governamental para o setor energético também está estritamente relacionada com o fomento de determinados setores industriais, do que com o consumo residencial, argumento que geralmente embasa a justificativa da expansão do parque gerador de energia.

Conclui-se que a confusão de interesses que pauta o desenvolvimento do setor energético implica processos de licenciamento ambiental questionáveis. Por outro lado, apesar de ainda longe do ideal, foi possível notar um avanço significativo para o licenciamento ambiental a partir da exigência de elaboração de EIAs. O acesso restrito ao texto original do EIA, tornou-se um empecilho para se obter com clareza, uma visão original daquilo que se foi realizado no Estudo. Os dados obtidos durante a pesquisa foram retirados do Relatório de Impacto Ambiental, escrito de uma forma acessível e resumida para a população.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERMANN, Célio. **Impasses e controvérsias da hidroeletricidade. Estudos Avançados.** v.21 n.59, p.139-153, 2007.

VAINER, Carlos B. **Recursos hidráulicos: questões sociais e ambientais.** Estudos Avançados, v.21 n.59, p 119-137, 2007.

PASE, Hemerson Luiz et al. **O conflito sociopolítico em empreendimentos hidrelétricos.** São Paulo, 2016.

ALEIXO, Josinaldo et al. **Quem são os proprietários das hidrelétricas da Amazônia?** Rio de Janeiro, 2015.